



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

Concurso Público para provimento de vagas de

Analista
Área Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

[Uma espécie complicada]

O grande biólogo norte-americano Richard Dawkins acredita sem qualquer hesitação na teoria de Darwin acerca da sobrevivência dos mais fortes e capazes e na importância da adaptação a mutações fortuitas na evolução das outras espécies, mas se declara contra a ideia do darwinismo social na evolução da sua própria espécie. Aceitar o darwinismo social seria aceitar posições conservadoras em matéria de política e economia, o que vai contra suas convicções progressistas.

Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin sobre a origem e o desenvolvimento das espécies, pregam o darwinismo social sob vários nomes: liberalismo, antidirigismo, antiassistencialismo etc. A sobrevivência, portanto, dos mais competitivos e sortudos, como no universo neutro de Darwin.

Esquerda progressista e direita conservadora trocam incoerências. A direita abomina a ideia de que o homem descende de animais inferiores, mas não tem problema com a ideia de que ele deve seu progresso à ganância que tem em comum com os chimpanzés. A esquerda aceita a ascendência de macacos e a evolução da sua espécie, mas não quer outra coisa senão um planejamento inteligente, humanista, para organizar a sua sociedade.

Progressistas costumam ser a favor do direito do aborto e contra a pena de morte. Conservadores, que denunciam a interferência indevida do Estado na vida das pessoas, invocam a santidade da vida para que o Estado proíba o aborto, e geralmente são a favor da pena de morte, a mais radical interferência possível do Estado na vida de alguém. Enfim, seja como for que chegamos a isto, somos uma espécie complicada.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 163-164)

1. Richard Dawkins, em relação à teoria darwinista, acredita que
 - (A) a evolução das espécies ocorre na disputa entre elas, ao passo que no caso do homem se dá no interior de específicas comunidades.
 - (B) na espécie humana a competição evolutiva de fato significativa ocorre mais na vida social que no aprimoramento biológico.
 - (C) a evolução social dos homens ocorre para além dos mesmos princípios de mutação que condicionam a evolução das demais espécies.
 - (D) a vida política é determinada pelos homens com critérios evolutivos semelhantes aos da preservação de outras espécies.
 - (E) a evolução biológica é determinante para que todas as espécies alcancem, cada uma em seu nível, um grau superior de sociabilidade.

2. As incoerências da esquerda progressista e da direita conservadora, de que trata o terceiro parágrafo, resultam do fato de que ambas as posições
 - (A) convergem nas teses fundamentais, mas dão maior peso às diferenças ocasionais.
 - (B) podem ser tendenciosamente maleáveis no estabelecimento dos valores que defendem.
 - (C) mostram desinteresse por compromisso com qualquer valor social mais consequente.
 - (D) divergem quanto aos métodos de atuação, mas não quanto aos ideais perseguidos.
 - (E) relutam em fazer qualquer acordo público, mesmo quando defendem idêntica tese.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *mutações fortuitas na evolução* (1º parágrafo) // transformações taxativas da progressão
 - (B) *aceitar posições conservadoras* (1º parágrafo) // ir de encontro a teses retrógradas
 - (C) *aceita a ascendência de macacos* (3º parágrafo) // acata a superioridade de símios
 - (D) *deve seu progresso à ganância* (3º parágrafo) // assume como vitoriosa sua ambição
 - (E) *denunciam a interferência indevida* (4º parágrafo) // acusam a intromissão inoportuna



4. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido de um segmento do texto caso se venha a
- (A) excluir as vírgulas em *Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin (...), pregam o darwinismo social* (2º parágrafo).
 - (B) substituir o elemento sublinhado em o que vai contra *suas convicções progressistas* (1º parágrafo) por **o que ratifica**.
 - (C) substituir a construção *não quer outra coisa senão um planejamento* (3º parágrafo) por **não abre mão além de um planejamento**.
 - (D) iniciar com a forma verbal **Pregam** o período que começa por *A sobrevivência, portanto (...)* (2º parágrafo).
 - (E) substituir a expressão *Já os conservadores* (2º parágrafo) por **Mesmo os conservadores**.
-
5. Todas as formas verbais observam as normas de concordância e a adequada articulação entre tempos e modos na seguinte frase:
- (A) Richard Dawkins não aceitou que a teoria darwinista, em cujas formulações se explica a evolução das espécies, fosse extensiva à evolução social do homem.
 - (B) A se acreditarem nas ideias de um darwinismo social, dever-se-ão aceitar uma série de teses conservadoras, abominadas pela esquerda.
 - (C) Caso a esquerda e a direita não trocassem tantas incoerências, será menos problemático reconhecer os valores reais em que cada uma delas acreditasse.
 - (D) Supondo-se que a ala dos conservadores possam um dia aceitar a tese evolucionista de Darwin, seja mais fácil para ela defenderem a teoria de um darwinismo social.
 - (E) Questões vitais, tais como as que impliquem a polêmica sobre o aborto e a pena de morte, não dizia respeito apenas a um código, mas aos mais altos valores éticos.
-
6. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Nem sempre é fácil de distinguir entre teses, progressistas ou conservadoras, se ambas carecem de clareza onde busquem determinar seus princípios básicos.
 - (B) Dawkins buscou ser escrupoloso ao rechaçar na teoria de Darwin, o desafio de aceitar para a condição humana o que era legítima propriedade das outras espécies.
 - (C) O papel do Estado costuma ser debatido e identificado segundo a crença daqueles que avaliam a iniciativa estatal com base na ideologia que defendem.
 - (D) Não se espere que conservadores e progressistas vão entrar em acordo senão quando minimizarem as diferenças ideológicas que não os deixam se aproximarem.
 - (E) Dentro da teoria darwinista, um elemento escandaloso, é o de que os chimpanzés possam ser-nos equiparados, como ascendentes de uma mesma espécie fundamental.
-
7. Há adequada transposição de um segmento para a **voz passiva** em:
- (A) *acredita (...)* na teoria de Darwin // a teoria de Darwin tem seu crédito.
 - (B) *se declara contra a ideia do darwinismo social* // é declaradamente contrário ao darwinismo social.
 - (C) *pregam o darwinismo social sob vários nomes* // o darwinismo social é pregado sob vários nomes.
 - (D) *Esquerda (...) e direita (...) trocam incoerências* // esquerda e direita são incoerentemente trocadas.
 - (E) *Conservadores (...) invocam a santidade da vida* // a santidade da vida tem sido invocada por conservadores.
-
8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:
- (A) A lei da sobrevivência dos mais fortes (**concorrer**) para a explicação do evolucionismo darwinista.
 - (B) Um valor do qual, via de regra, não se (**afastar**) os conservadores é o da vantagem econômica.
 - (C) O direito de aborto é uma das teses pelas quais (**manifestar**) simpatia o progressista de esquerda.
 - (D) Não (**cabere**) ao Estado tomar iniciativas, segundo os conservadores, no plano dos valores individuais.
 - (E) De todas as considerações feitas pelo autor, (**resultar**) a conclusão de que nossa espécie é de fato complicada.



Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Sem privacidade

Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares, redes sociais e dispositivos outros das mais variadas conexões? Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio “ouvir conversa alheia”. Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais de todo mundo. Viajando de ônibus, por exemplo, acompanham-se em conversas ao celular brigas de casal, reclamações trabalhistas, queixas de pais a filhos e vice-versa, declarações românticas, acordo de negócios, informações técnicas, transmissão de dados e um sem-número de situações de que se é testemunha compulsória. Em clara e alta voz, lances da vida alheia se expõem aos nossos ouvidos, desfazendo-se por completo a fronteira que outrora distinguia entre a intimidade e a mais aberta exposição.

Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras, o humor de mau gosto disputa espaço com falácias políticas – tudo deixando ver que agora o sujeito só pode existir na medida em que proclama para o mundo inteiro seu gosto, sua opinião, seu juízo, sua reação emotiva. É como se todos se obrigassem a deixar bem claro para o resto da humanidade o sentido de sua existência, seu propósito no mundo. A discrição, a fala contida, o recolhimento íntimo parecem fazer parte de uma civilização extinta, de quando fazia sentido proteger os limites da própria individualidade.

Em meio a tais processos da irrestrita divulgação da personalidade, as reticências, a reflexão silenciosa e o olhar contemplativo surgem como sintomas problemáticos de alienação. Impõe-se um tipo de coletivismo no qual todos se obrigam a se falar, na esperança de que sejam ouvidos por todos. Nesse imenso ruído social, a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo. Pretender identificar-se como um sujeito singular passou a soar como uma provocação escandalosa, em tempos de celebração do paradigma público da informação.

(Jeremias Tancredo Paz, inédito)

9. Diante do fenômeno caracterizado no texto como *irrestrita divulgação da personalidade*, seu autor posiciona-se
- (A) com neutralidade, uma vez que se limita a descrever os novos procedimentos tecnológicos que viabilizaram as várias conexões sociais.
 - (B) com relutância, mas não deixa de encaminhar sua adesão aos meios técnicos que passaram a estabelecer novos vínculos entre as pessoas.
 - (C) de modo a estabelecer um vínculo entre o cuidado que havia com a privacidade e a forma pela qual esta inspirou o estabelecimento de conexões mais produtivas.
 - (D) de modo a confrontar a obsessão moderna pela irrefreável conectividade com a privacidade que era preservada nas relações sociais do passado.
 - (E) de modo a avaliar, com a isenção possível, as perdas e ganhos da nova conectividade social, comparada à inoperância dos velhos canais de comunicação.

Via @carla_gabola

10. Nos três parágrafos do texto, enumeram-se elementos que caracterizam, exemplificam e qualificam um mesmo fenômeno, tal como ocorre na seguinte sequência:
- (A) *privacidade / espaço público / testemunha compulsória* (1º parágrafo)
 - (B) *variadas conexões / intimidade / aberta exposição* (1º parágrafo)
 - (C) *emoções destemperadas / confissões perturbadoras / limites da própria individualidade* (2º parágrafo)
 - (D) *recolhimento íntimo / civilização extinta / fala contida* (2º parágrafo)
 - (E) *irrestrita divulgação da personalidade / reticências / olhar contemplativo* (3º parágrafo)



11. Considerando-se o contexto, o autor se vale do segmento
- (A) *de que se é testemunha compulsória* (1º parágrafo) para mostrar a disponibilidade de quem se abre para as novas conexões.
 - (B) *Em clara e alta voz* (1º parágrafo) para salientar o ostensivo afastamento dos limites da intimidade.
 - (C) *civilização extinta* (2º parágrafo) para defender a convicção de que tudo o que é obsoleto merece morrer.
 - (D) *recolhimento íntimo* (2º parágrafo) para criar um contraste radical entre esses dois termos.
 - (E) *imenso ruído social* (3º parágrafo) para enfatizar a eficácia da comunicação das vozes públicas.
-
12. Perdeu-se a antiga privacidade, enterramos a antiga privacidade sob os conectores modernos, tornamos esses conectores modernos nossos deuses implacáveis, sob o comando desses conectores modernos trocamos escandalosamente todas as informações mais pessoais.
- Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) enterramo-la – tornamo-los – sob cujo comando
 - (B) enterramos-lhe – tornamo-lhes – sob cujo comando
 - (C) enterramo-la – os tornamos – sob o qual comando
 - (D) a enterramos – tornamos-lhes – sob o comando deles
 - (E) enterramo-lhe – lhes tornamos – sob o comando dos quais
-
13. Considere as seguintes orações:
- I. Perdeu-se a antiga privacidade.
 - II. No lugar da antiga privacidade está uma irrestrita conectividade.
 - III. Não há mais recolhimento íntimo duradouro.
- Essas orações articulam-se num período cuja redação é clara, correta e coesa em:
- (A) Como não há mais recolhimento íntimo e duradouro, já que a antiga privacidade deu lugar à irrestrita conectividade, ei-la perdida.
 - (B) Não havendo mais a antiga privacidade, sem recolhimento íntimo duradouro, está em seu lugar a irrestrita conectividade.
 - (C) Uma vez perdida a antiga privacidade, conquanto em seu lugar esteja uma irrestrita conectividade, já não há mais recolhimento íntimo duradouro.
 - (D) O recolhimento íntimo duradouro, perdeu-se com a antiga privacidade, em cujo lugar agora é ocupado por uma irrestrita conectividade.
 - (E) Já não há recolhimento íntimo duradouro, visto que no lugar da antiga privacidade está agora uma irrestrita conectividade.
-
14. Está correto o emprego dos elementos sublinhados em:
- (A) As confissões perturbadoras às quais aprendemos a conviver não respeitam nosso direito à um mínimo de privacidade.
 - (B) Houve tempos onde era feio e indiscreto ouvir conversas alheias; hoje, propaga-se as falas em voz alta por toda parte.
 - (C) Não faltava a aquelas antigas conversas um tom de intimidade, tão raro hoje entre os que ainda lhe são capazes.
 - (D) O olhar contemplativo, no qual se dedicavam os viajantes de ônibus, já não flue pelas janelas.
 - (E) O vício das conexões, cujas malhas nos envolvem a todos, não é de todo mau, segundo os otimistas.
-
15. Os elementos sublinhados são exemplos de uma mesma função sintática no seguinte segmento:
- (A) *Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras...*
 - (B) *Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio "ouvir conversa alheia".*
 - (C) *Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais...*
 - (D) *Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares (...)?*
 - (E) *...a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo.*

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Carlos comeu a terça parte de uma pizza. Angelina chegou depois e comeu a metade do que Carlos havia deixado da pizza. Por último, Beatriz chegou e comeu o correspondente à metade do que Angelina havia comido. A fração que sobrou dessa pizza foi
- (A) $\frac{1}{6}$
- (B) $\frac{3}{8}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{1}{5}$
- (E) $\frac{1}{12}$
-
17. A razão entre as alturas de dois irmãos era $\frac{3}{4}$ e, nessa ocasião, a altura do irmão mais alto era 1,40 m. Hoje, esse irmão mais alto cresceu 10 cm. Para que a razão entre a altura do irmão mais baixo e a altura do mais alto seja hoje, igual a $\frac{4}{5}$, é necessário que o irmão mais baixo tenha crescido, nesse tempo, o equivalente a
- (A) 13,5 cm.
- (B) 10,0 cm.
- (C) 12,5 cm.
- (D) 14,8 cm.
- (E) 15,0 cm.
-
18. Um grupo de 8 funcionários analisou 32 propostas de reestruturação de um determinado setor de uma empresa em 16 horas de trabalho. Para analisar 48 dessas propostas, em 12 horas de trabalho, um outro grupo de funcionários, em igualdade de condições do grupo anterior, deverá ser composto por um número de pessoas igual a
- (A) 18.
- (B) 12.
- (C) 16.
- (D) 14.
- (E) 20.
-
19. Joaquim investiu em um fundo de investimento. Após um mês esse fundo havia se desvalorizado 10%. Joaquim quer retirar seu dinheiro do fundo quando houver uma valorização de 8% em relação ao que ele havia aplicado inicialmente. Para que isso aconteça é necessário que esse fundo valorize-se o equivalente a
- (A) 28%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 22%.
- (E) 18%.
-
20. Considere a afirmação:
- Ontem trovejou e não choveu.*
- Uma afirmação que corresponde à negação lógica desta afirmação é
- (A) se ontem não trovejou, então não choveu.
- (B) ontem trovejou e choveu.
- (C) ontem não trovejou ou não choveu.
- (D) ontem não trovejou ou choveu.
- (E) se ontem choveu, então trovejou.

**Legislação Institucional**

21. De acordo com a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, caberá à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
- (A) prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de promoção, remoção e demais formas de provimento derivado.
 - (B) praticar atos próprios de gestão, supervisionados pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em razão da ausência de autonomia administrativa para tanto.
 - (C) praticar atos sobre a situação funcional do pessoal de carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios, ficando a decisão final sobre estes atos a cargo do Governador do Estado do Rio Grande do Sul.
 - (D) propor à Assembleia Legislativa a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, com exceção da fixação dos vencimentos de seus membros e servidores.
 - (E) organizar suas secretarias, núcleos e coordenadorias e os serviços auxiliares das Defensorias Públicas, enviando proposta ao Governador do Estado até o dia 30 de junho de cada ano.
-
22. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/1994, os órgãos de atuação da Defensoria Pública da União, em cada Estado, serão dirigidos por Defensor Público-Chefe, designado pelo Defensor Público-Geral. Ao Defensor Público-Chefe, sem prejuízo de suas funções institucionais, compete, dentre outras,
- (A) remeter, anualmente, ao Corregedor-Geral, relatório das atividades na sua área de competência.
 - (B) delegar a coordenação das atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos Federais que atuem em sua área de competência ao Conselho Administrativo local da Defensoria Pública da União.
 - (C) enviar, mandatoriamente, a cada três meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
 - (D) deferir ao membro da Defensoria Pública da União sob sua coordenação direitos e vantagens legalmente autorizados, por expressa delegação de competência do Defensor Público-Geral.
 - (E) enviar, mandatoriamente, a cada seis meses, ao Defensor Público-Geral sugestões de providências para o aperfeiçoamento das atividades institucionais em sua área de competência.
-
23. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, no tocante ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, é correto afirmar que
- (A) o mandato dos membros nomeados do Conselho Superior esgotar-se-á sempre em 31 de Janeiro, ainda que haja ocorrido retardamento na nomeação ou na posse.
 - (B) o mandato, dos membros do Conselho Superior nomeados pelo Governador do Estado é de dois anos, vedada a recondução.
 - (C) as decisões do Conselho Superior da Defensoria Pública serão tomadas por maioria absoluta, com a presença de no mínimo dois terços de seus membros.
 - (D) o Defensor Público que for nomeado para vaga de Conselheiro que não terminou mandato, iniciará novo mandato e não apenas o completará.
 - (E) compete ao Conselho decidir, por voto de dois terços de seus membros, acerca da destituição do Corregedor-Geral.
-
24. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, ao Corregedor-Geral compete, dentre outras atribuições,
- (A) apresentar ao Defensor Público-Geral, até o dia vinte de fevereiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.
 - (B) propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membro da Defensoria Pública do Estado.
 - (C) integrar, como membro nato, e presidir o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (D) dirimir conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública do Estado, com recurso para o Conselho Superior.
 - (E) proferir decisões nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.
-
25. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 9.230/1991, o Subdefensor-Geral, será indicado pelo
- (A) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (B) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Defensor-Geral, dentre os membros da carreira.
 - (C) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre os membros da carreira.
 - (D) Defensor-Geral ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.
 - (E) Conselho Superior da Defensoria Pública ao Governador do Estado, dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos, com reputação ilibada, não necessariamente membros da carreira.



26. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 11.795/2002, no tocante à remoção, é correto afirmar que
- (A) a remoção a pedido far-se-á mediante requerimento ao Defensor Público-Geral do Estado, no prazo de quinze dias, contados da data em que for publicado na Imprensa Oficial o ato declaratório da vacância.
 - (B) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, ouvido apenas o Defensor Público-Geral do Estado.
 - (C) na remoção a pedido, somente poderá ser deferida a quem já tenha completado dois anos de exercício na Comarca de atuação, excetuando-se os casos de remoção dentro da mesma Comarca.
 - (D) na remoção a pedido, o prazo mínimo de permanência não poderá ser reduzido em função da conveniência do serviço, por vedação legal expressa.
 - (E) a remoção precederá o preenchimento da vaga por antiguidade.
-
27. Felícia é servidora pública do Estado do Rio Grande do Sul e está com matrimônio marcado para a próxima segunda-feira. De acordo com o estatuto e regime jurídico único dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, em razão do casamento, Felícia, poderá se afastar por até
- (A) oito dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (B) cinco dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (C) cinco dias consecutivos, não sendo este afastamento considerado de efetivo exercício.
 - (D) oito dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
 - (E) três dias consecutivos, sendo que este afastamento será considerado de efetivo exercício.
-
28. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 10.098/1994, no tocante ao exercício dos servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul, é correto que
- (A) exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo e dar-se-á no prazo de até noventa dias contados da data da posse.
 - (B) a nomeação em outro cargo, com a consequente exoneração do anterior, não interrompe o exercício.
 - (C) será obrigatoriamente concedido prazo suplementar de trinta dias para o servidor que não entrar em exercício no prazo legal estabelecido.
 - (D) a readaptação e a recondução interrompem o exercício.
 - (E) seu prazo legal, para os casos de reversão, será contado após 15 dias da data em que a sentença judicial transitar em julgado.
-
29. De acordo com a Lei Estadual nº 13.821/2011, conceitua-se a progressão como a
- (A) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada cinco anos.
 - (B) movimentação do servidor de uma classe para a seguinte, segundo os critérios de merecimento e de antiguidade.
 - (C) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que a progressão é mandatária.
 - (D) elevação do padrão para o seguinte, dentro de classes diferentes, independentemente da aprovação na avaliação de desempenho funcional, uma vez que referida elevação é obrigatória a cada dois anos.
 - (E) elevação do padrão para o seguinte, dentro da mesma classe, condicionada à aprovação na avaliação de desempenho funcional.
-
30. De acordo com a Lei Estadual nº 13.536/2010, à Ouvidoria-Geral compete
- (A) elaborar e, em regra, divulgar relatório anual de suas atividades, que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos.
 - (B) julgar representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar.
 - (C) coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados.
 - (D) participar, sem direito a voz, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
 - (E) manter contato esporádico com os vários órgãos da Defensoria Pública do Estado, estimulando-os a atuar em sintonia com os direitos dos usuários, quando cabível.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

31. Em 1/7/2017 uma empresa realizou uma venda a prazo, para um cliente no exterior, no valor total de US\$ 200.000,00. Sabendo que a taxa de câmbio em 1/7/2017 era R\$ 3,20/US\$, em 31/7/2017 era R\$ 3,00/US\$ e a taxa de câmbio média do mês de julho de 2017 foi R\$ 3,10/US\$, a empresa reconheceu no resultado do mês de julho de 2017 Receita de vendas de
- (A) R\$ 600.000,00, apenas.
(B) R\$ 640.000,00, apenas.
(C) R\$ 620.000,00 e despesa financeira de R\$ 20.000
(D) R\$ 640.000,00 e despesa financeira de R\$ 40.000,00
(E) R\$ 620.000,00, apenas.

32. A Cia. de Minérios adquiriu o direito de exploração de uma mina de zinco por R\$ 3.960.000,00 que foram pagos à vista. A capacidade total esperada de extração da mina foi estimada em 80.000 toneladas e no primeiro ano de exploração a Cia. extraiu 8.000 toneladas. No início do segundo ano, ao reanalisar a capacidade de produção da mina, a Cia. de Minérios estimou que ainda havia 80.000 toneladas remanescentes e, durante o segundo ano, fez a extração de 6.000 toneladas. O valor contábil apresentado para esta mina, no final do segundo ano, foi, em reais,
- (A) 3.296.700,00
(B) 3.330.000,00
(C) 3.267.000,00
(D) 3.960.000,00
(E) 3.564.000,00

33. A Cia. Industrial possuía, em 31/12/2016, um ativo intangível com vida útil indefinida. Os valores evidenciados para este ativo, nesta data, são apresentados a seguir:

Custo de aquisição	R\$ 800.000,00
(-) Ajuste por "impairment" (calculada em 2015)	<u>(R\$ 300.000,00)</u>
(=) Valor contábil do ativo	R\$ 500.000,00

Ao realizar o teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment"), a Cia. obteve as seguintes informações a respeito desse ativo em 31/12/2016:

Valor em uso	R\$ 650.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	R\$ 550.000,00

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 para este ativo foi, em reais,

- (A) 600.000,00
(B) 650.000,00
(C) 550.000,00
(D) 500.000,00
(E) 800.000,00

34. Em 31/12/2015 a Cia. Grampo adquiriu 80% das ações da Cia. das Pedras por R\$ 20.000.000,00 que foram pagos à vista. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido contábil da Cia. das Pedras era R\$ 12.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 30.000.000,00. A diferença entre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis e o valor do Patrimônio Líquido contábil era decorrente da variação entre o valor de custo contabilizado e o valor justo de um terreno.

No período de 1/1/2016 a 31/12/2016, a Cia. das Pedras reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

Lucro líquido de 2016:	R\$ 2.000.000,00
Distribuição e pagamento de dividendos em 2016:	R\$ 500.000,00

Com base nestas informações, é correto afirmar:

- (A) O valor reconhecido em Investimentos pela Cia. Grampo, na data da aquisição, foi R\$ 20.000.000,00
(B) O resultado de equivalência patrimonial do ano de 2016 foi R\$ 1.200.000,00
(C) O valor reconhecido em Investimentos pela Cia. Grampo, na data da aquisição, foi R\$ 9.600.000,00
(D) O valor reconhecido no resultado, na data da aquisição, foi um ganho de R\$ 4.000.000,00
(E) O valor do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura foi R\$ 10.400.000,00



35. A Cia. Compra & Vende adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

Valor pago ao fornecedor dos produtos adquiridos	R\$ 230.000,00
Valor pago por um seguro para transportar os produtos até a empresa	R\$ 6.000,00

No valor total pago ao fornecedor dos produtos adquiridos estavam incluídos os seguintes tributos:

Tributos recuperáveis	R\$ 32.000,00
Tributos não recuperáveis	R\$ 18.000,00

A Cia. Compra & Vende revendeu todos os produtos adquiridos por R\$ 500.000,00 à vista, mas concedeu um desconto de 10% no momento da venda. Sobre o valor da venda houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 53.000,00 e pagamento de comissão para os vendedores no valor de R\$ 12.000,00. O lucro bruto apurado pela Cia. Compra & Vende, em relação à esta transação foi, em reais,

- (A) 161.000,00
- (B) 143.000,00
- (C) 193.000,00
- (D) 181.000,00
- (E) 179.000,00

36. Em 31/12/2015 uma empresa obteve um empréstimo no valor de R\$ 1.000.000,00 com as seguintes características:

- Prazo total: 6 anos
- Taxa de juros compostos: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas iguais e anuais de R\$ 229.607,00

Para a obtenção do empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 30.000,00, pagos no ato da assinatura, fazendo com que a taxa de custo efetivo do empréstimo fosse 11% ao ano. Sabendo que a empresa efetuou o pagamento da primeira parcela na data do vencimento, o

- (A) saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 foi R\$ 847.093,00.
- (B) valor dos encargos financeiros de 2016 foi R\$ 100.000,00.
- (C) valor dos encargos financeiros de 2016 foi R\$ 229.607,00.
- (D) impacto total no passivo, no momento da captação, foi R\$ 1.000.000,00.
- (E) saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 foi R\$ 870.393,00.

37. O Patrimônio Líquido da Cia. VIP, em 31/12/2015, era composto das seguintes contas e respectivos saldos:

Capital Social:	R\$ 500.000,00
Reserva Legal:	R\$ 70.000,00
Reserva Estatutária:	R\$ 50.000,00

No ano de 2016, o lucro líquido apurado pela Cia. VIP foi R\$ 150.000,00 e, além da Reserva Legal prevista na Lei das Sociedades por Ações, o estatuto da Cia. estabelece a seguinte destinação:

Dividendos mínimos obrigatórios: 30% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei.
Retenção de Lucros: saldo remanescente aprovado em assembleia de acionistas.

Sabe-se que R\$ 40.000,00 do Lucro Líquido foram decorrentes de incentivos fiscais recebidos pela Cia. VIP e esta, para não tributar este ganho, reteve-o na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, utilizando a possibilidade estabelecida na Lei em relação aos dividendo mínimo obrigatórios.

O valor

- (A) retido para constituição da reserva legal foi R\$ 5.500,00
- (B) distribuído como dividendos mínimos obrigatórios foi R\$ 45.000,00
- (C) da retenção de lucros prevista no estatuto foi R\$ 59.750,00
- (D) distribuído como dividendos mínimos obrigatórios foi R\$ 42.750,00
- (E) da retenção de lucros prevista no estatuto foi R\$ 71.750,00



38. A empresa Flores Verdes S.A. publicou os Balanços Patrimoniais em 31/12/2015 e 31/12/2016, e a Demonstração do Resultado para o ano 2016, os quais são apresentados abaixo.

Flores Verdes S.A.
Balanços Patrimoniais em 31/12/2015 e 31/12/2016 (valores em reais)

ATIVO	31/12/15	31/12/16	PASSIVO	31/12/15	31/12/16
Ativo circulante	240.000	341.000	Passivo circulante	200.000	240.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	40.000	101.000	Fornecedores	120.000	58.000
Clientes	120.000	90.000	Dividendos a Pagar	-	32.000
Estoques	80.000	140.000	Empréstimos	80.000	118.000
Despesas antecipadas	-	10.000	Impostos a Pagar	-	32.000
Ativo não circulante	301.000	383.000	Patrimônio Líquido	341.000	484.000
Investimentos	28.000	43.000	Capital	300.000	300.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	41.000	184.000
Máquinas e Equipamentos	188.000	340.000			
Terrenos	85.000	-			
TOTAL DO ATIVO	541.000	724.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	541.000	724.000

Flores Verdes S.A.
Demonstração do Resultado – Período: 1/1/2016 a 31/12/2016 (valores em reais)

Receitas de Vendas	720.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(330.000)</u>
(=) Resultado com Mercadorias	390.000
(-) Despesas Operacionais	
- Depreciação	(42.000)
- Outras Despesas Operacionais	<u>(196.000)</u>
(+) Outras Receitas e Despesas	
- Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>15.000</u>
(+) Resultado antes dos Efeitos Financeiros	167.000
(-) Despesas Financeiras	<u>(8.000)</u>
(=) Resultado após os Efeitos Financeiros	159.000
(=) Outras Receitas e Despesas não Recorrentes	
Lucro na Venda de Terrenos	<u>48.000</u>
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	207.000
(-) Despesa com Imposto de Renda	<u>(32.000)</u>
(=) Resultado Líquido	175.000

Durante o ano de 2016 a empresa não liquidou os empréstimos e não pagou as despesas financeiras incorridas. O valor em reais correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais é

- (A) 210.000,00
(B) 162.000,00
(C) 92.000,00
(D) 140.000,00
(E) 132.000,00

39. A Cia. Só Encrencas possuía alguns processos judiciais em andamento, cujas informações em 31/12/2015 e 31/12/2016 são apresentadas abaixo.

Nº do Processo	31/12/2015	31/12/2016	
	Provisão Reconhecida	Probabilidade de Perda considerada	Valor reestimado da Perda
1	R\$ 250.000,00	Provável	R\$ 200.000,00
2	R\$ 0,00	Provável	R\$ 120.000,00
3	R\$ 0,00	Possível	R\$ 80.000,00
4	R\$ 150.000,00	Possível	R\$ 90.000,00

O impacto reconhecido no resultado de 2016 e o saldo apresentado em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2016 foram, respectivamente,

- (A) uma perda de R\$ 120.000,00 e um saldo de R\$ 520.000,00
(B) um ganho de R\$ 80.000,00 e um saldo de R\$ 320.000,00
(C) um ganho de R\$ 150.000,00 e um saldo de R\$ 320.000,00
(D) um ganho de R\$ 30.000,00 e um saldo de R\$ 370.000,00
(E) uma perda de R\$ 30.000,00 e um saldo de R\$ 520.000,00



40. A Cia. S.A. é uma empresa comercial e possuía, em 30/4/2017, a seguinte situação patrimonial:

Disponível:	R\$ 115.000,00
Estoques:	R\$ 55.000,00
Adiantamento de Clientes (cliente José):	R\$ 60.000,00
Capital Social:	R\$ 110.000,00

Durante o mês de maio de 2017, a Cia. S.A. realizou as seguintes operações:

Data	Operação
2/5/17	Pagamento antecipado, no valor de R\$ 32.000,00, ao Fornecedor Augusto. O Fornecedor entregará as mercadorias em 31/5/2017.
8/5/17	Venda de Estoque por R\$ 88.000,00, para ser recebida em agosto de 2017. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 35.000,00 e os tributos incidentes sobre a venda foram R\$ 7.000,00 e serão pagos em junho de 2017.
16/5/17	Recebimento antecipado de R\$ 12.000,00 do Cliente Rafael, para que a Cia. lhe entregue produtos em setembro.
19/5/17	Entrega das mercadorias para o cliente José. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 15.000,00.
22/5/17	Compra de Estoque no valor de R\$ 23.000,00, à vista.
30/5/17	Pagamento dos salários dos funcionários no valor de R\$ 9.000,00, referentes aos serviços prestados em maio de 2017.
31/5/17	Recebimento das mercadorias, pagas no dia 2/5/2017, do Fornecedor Augusto.

Após o registro das operações acima, o total do Ativo da Cia. S.A., em 31/05/17, era, em reais,

- (A) 211.000,00
- (B) 204.000,00
- (C) 179.000,00
- (D) 219.000,00
- (E) 188.000,00

Contabilidade Pública

41. Em 1/6/2017, o ordenador de despesas de uma determinada Defensoria Pública emitiu empenhos para a aquisição de material de consumo no valor de R\$ 10.000,00 e a manutenção dos elevadores do prédio a ser realizada por meio de serviços de terceiros – pessoa jurídica no valor de R\$ 8.000,00. Em 9/6/2017, o material de consumo foi entregue pelo fornecedor e a manutenção dos elevadores foi realizada pelo prestador de serviço e, nesta mesma data, ocorreu a liquidação de ambas as despesas pelo valor total empenhado. Em 30/6/2017, tanto o fornecedor do material de consumo quanto o prestador de serviço foram pagos. O material de consumo foi utilizado no mês de julho de 2017. Assim, o impacto da despesa orçamentária com material de consumo e com serviços de terceiros – pessoa jurídica no resultado de execução orçamentária, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, e no resultado patrimonial referentes ao mês de junho de 2017, foram reconhecidos, respectivamente, em

- (A) 1/6/2017 no valor de R\$ 18.000,00 e em 9/6/2017 no valor de R\$ 18.000,00
- (B) 1/6/2017 no valor de R\$ 18.000,00 e em 9/6/2017 no valor de R\$ 8.000,00
- (C) 9/6/2017 no valor de R\$ 18.000,00 e em 9/6/2017 no valor de R\$ 18.000,00
- (D) 9/6/2017 no valor de R\$ 8.000,00 e em 30/6/2017 no valor de R\$ 18.000,00
- (E) 30/6/2017 no valor de R\$ 18.000,00 e em 30/6/2017 no valor de R\$ 10.000,00

42. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das entidades do setor público são

- (A) as agências de classificação de risco.
- (B) as agências reguladoras e supervisoras.
- (C) as entidades emprestadoras de recursos e de fomento.
- (D) as entidades de auditoria.
- (E) os cidadãos que são usuários dos serviços e provedores de recursos.



43. Em 3/7/2017, um processo trabalhista foi instaurado por um ex-defensor público contra uma determinada Defensoria Pública. Após análise, o departamento jurídico da Defensoria classificou a probabilidade de saída de recursos como possível, sendo R\$ 35.000,00 o valor estimado da perda para tal processo. Assim, em 31/7/2017,
- (A) um passivo permanente será reconhecido.
 - (B) um passivo atuarial será reconhecido.
 - (C) um passivo contingente será divulgado.
 - (D) um passivo financeiro será reconhecido.
 - (E) uma variação patrimonial diminutiva será reconhecida.
-
44. Em março de 2017, a Defensoria Pública de um determinado Estado caracterizou-se como beneficiária e a União como transferidora de R\$ 990.000,00 que foram classificados com o código 1 quanto ao primeiro dígito da classificação da receita orçamentária por natureza. Assim, o recurso recebido pela Defensoria Pública, no que se refere à origem e à espécie da receita, classificam-se, respectivamente, como
- (A) transferências correntes; transferências intragovernamentais.
 - (B) transferências correntes; transferências intergovernamentais.
 - (C) outras receitas correntes; transferências intragovernamentais.
 - (D) transferências de capital; transferências intragovernamentais.
 - (E) transferências de capital; transferências intergovernamentais.
-
45. A Defensoria Pública de um determinado Estado apresentava, em 1/1/2016, dotação inicial de R\$ 500.000,00 referente a material de consumo para a execução das atividades de atendimento jurídico à população carente. Em novembro de 2016, verificada a existência de recursos provenientes de excesso de arrecadação e precedida de exposição justificada e prévia autorização legislativa, foi acrescentado à dotação orçamentária referente a material de consumo o valor de R\$ 55.000,00 necessário para a continuidade do serviço. Com base nessas informações e conforme disposto na Lei nº 4.320/1964, a alteração na dotação orçamentária realizada pela Defensoria Pública corresponde a um crédito adicional
- (A) especial.
 - (B) suplementar.
 - (C) extraordinário.
 - (D) complementar.
 - (E) extraorçamentário.

Atenção: Considere as seguintes informações para responder as questões de números 46 e 47.

Em 1/8/2016, o ordenador de despesas de uma Defensoria Pública emitiu empenho para a aquisição de um veículo no valor de R\$ 60.000,00. Em 1/9/2016, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho e, nesta mesma data, o veículo foi entregue pelo fornecedor e colocado em uso nas atividades da Defensoria Pública, sendo a vida útil econômica e o valor residual estimados, respectivamente, em 5 anos e R\$ 6.000,00. Em 3/10/2016, o valor de R\$ 50.000,00 foi pago ao fornecedor e o valor restante de R\$ 10.000,00 foi inscrito em restos a pagar processados no final do exercício de 2016. Em 31/12/2016, após o reconhecimento da depreciação referente a 2016 pelo método das cotas constantes, verificou-se que o veículo apresentava uma perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 1.000,00.

46. A redução no resultado patrimonial de 2016 referente a este veículo foi, em reais, de
- (A) 3.600,00
 - (B) 4.000,00
 - (C) 4.600,00
 - (D) 5.000,00
 - (E) 5.500,00
-
47. Na Defensoria Pública, o veículo teve o seu reconhecimento inicial, no Ativo
- (A) não Circulante – Imobilizado em 1/8/2016 pelo valor de R\$ 60.000,00
 - (B) Permanente em 1/9/2016 pelo valor de R\$ 54.000,00
 - (C) não Circulante – Imobilizado em 1/9/2016 pelo valor de R\$ 60.000,00
 - (D) não Circulante – Intangível em 3/10/2016 pelo valor de R\$ 60.000,00
 - (E) Permanente em 3/10/2016 pelo valor de R\$ 50.000,00



48. As seguintes informações foram extraídas do Balanço Orçamentário e do Balanço Financeiro de uma Defensoria Pública referentes ao exercício financeiro de 2016, em reais.

Previsão Atualizada das Receitas Correntes	1.960.000,00
Receitas Correntes Realizadas.....	1.920.000,00
Dotação Atualizada das Despesas Correntes	1.955.000,00
Despesas Correntes Empenhadas	1.815.000,00
Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2016.....	135.000,00
Pagamentos de Restos a Pagar não Processados	55.000,00

O resultado financeiro da Defensoria Pública referente ao ano de 2016 foi, em reais, de

- (A) 50.000,00
(B) 185.000,00
(C) 105.000,00
(D) 85.000,00
(E) 25.000,00
-
49. No que se refere aos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o Relatório
- (A) de Gestão Fiscal deve ser publicado, impreterivelmente, até trinta dias após o encerramento de cada trimestre.
(B) Resumido da Execução Orçamentária deve ser publicado, impreterivelmente, até trinta dias após o encerramento de cada trimestre.
(C) Resumido da Execução Orçamentária deve conter, entre outros itens, demonstrativo da despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas.
(D) Resumido da Execução Orçamentária deve conter, entre outros itens, demonstrativo da execução das despesas por função e subfunção.
(E) de Gestão Fiscal deve conter, entre outros itens, demonstrativo dos resultados nominal e primário.
-
50. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, integrará o projeto
- (A) do Plano Plurianual.
(B) da Lei Orçamentária Anual.
(C) do Relatório de Gestão Fiscal.
(D) da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
(E) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Auditoria Governamental

51. Nos termos da Instrução Normativa IN nº 01/2001 da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI do Ministério da Fazenda, quando da necessidade de obtenção de informações em tempo hábil, em casos em que a ação na sua totalidade se torna impraticável, é necessária a aplicação
- (A) dos papéis de trabalho.
(B) do registro das constatações.
(C) da amostragem.
(D) da escrituração contábil.
(E) das notas remissivas.
-
52. Durante um congresso sobre Auditoria Governamental, o expositor explicou as características dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, das prestações de contas e o respectivo parecer prévio, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, todos esses são instrumentos de
- (A) transparência da gestão fiscal.
(B) execução da gestão fiscal.
(C) planejamento da política fiscal.
(D) auditoria do exercício fiscal.
(E) fiscalização do regime fiscal.



53. A Lei Complementar nº 101/2000 determina que Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem encaminhar ao Ministério da Fazenda, nos termos e na periodicidade a serem definidos em instrução específica deste órgão, as informações a respeito das dívidas públicas interna e externa. Segundo essa norma, esses dados constituirão
- (A) o controle interno exercido pelo Poder Executivo.
 - (B) o estoque específico de operações por antecipação da receita orçamentária.
 - (C) o registro da execução orçamentária e extra orçamentária.
 - (D) a base de cálculo dos resultados nominal e primário.
 - (E) o registro eletrônico centralizado das dívidas públicas interna e externa.

54. Considere os itens abaixo.

- I. A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
- II. A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.
- III. As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, excluindo a empresa estatal dependente.
- IV. As receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
- V. As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.

Consoante dispõe a Lei Complementar nº 101/2000, é norma de escrituração das contas públicas APENAS o indicado nos itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) I, II, IV e V.
- (E) I, II, III e V.

55. Considere os itens abaixo.

- I. Verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária de forma prévia, concomitante e subsequente.
- II. Levantamento, prestação ou tomada de contas, a qualquer tempo, de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.
- III. Controle, pelo órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária ou a outro indicado na legislação, do cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
- IV. Controle da legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- V. Controle da fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos.

Segundo dispõe a Lei nº 4.320/1964, esses atos são típicos do exercício do controle

- (A) da dívida pública.
- (B) da execução orçamentária.
- (C) de registros de atos públicos.
- (D) de limites fiscais.
- (E) das contas patrimoniais.

56. Em uma palestra sobre normas vigentes de auditoria emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade acerca do Auditor Independente, foram abordados os seguintes itens: responsabilidades da liderança pela qualidade na firma, exigências éticas relevantes, aceitação e continuidade do relacionamento com clientes e de trabalhos específicos, recursos humanos, execução do trabalho e monitoramento. Nos termos da NBC PA 01, esses itens representam elementos tratados por políticas e procedimentos inclusos em

- (A) um sistema de controle de qualidade.
- (B) um projeto de auditoria independente.
- (C) uma sistemática de controle interno e externo.
- (D) um conjunto de medidas voltadas à evidenciação de atos auditados.
- (E) uma política de transparência fiscal.



57. Durante os trabalhos, um auditor independente concluiu que não seria possível obter segurança razoável, bem como que uma opinião com ressalva no relatório seria insuficiente nas circunstâncias para atender aos usuários previstos nas demonstrações contábeis. Nesse caso, a NBC TA 200 requer que o auditor
- (A) amplie a amostragem inicial.
 - (B) interrompa os trabalhos e faça um novo planejamento da auditoria.
 - (C) faça uma revisão das anotações dos papéis de trabalho.
 - (D) solicite mais auditores para auxiliar os trabalhos.
 - (E) se abstenha de emitir sua opinião ou renuncie ao trabalho, quando a renúncia for possível de acordo com lei ou regulamentação aplicável.

58. Considere os itens abaixo.

- I. Informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião.
- II. Risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- III. Risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.
- IV. Postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- V. Nível alto, mas não absoluto, de segurança, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis.

Nos termos da NBC TA 200, esses itens definem, respectivamente,

- (A) premissa, risco de detecção, risco de distorção relevante, julgamento profissional e premissa razoável.
- (B) evidências de auditoria, risco de detecção, risco de distorção relevante, ceticismo profissional e premissa.
- (C) premissa, risco de distorção relevante, risco de detecção, julgamento profissional e asseguarção razoável.
- (D) evidências de auditoria, risco de auditoria, risco de detecção, ceticismo profissional e asseguarção razoável.
- (E) informação contábil histórica, risco de auditoria, risco de detecção, ceticismo profissional e premissa razoável.

59. Considere os itens abaixo.

- I. Assistir à equipe de trabalho no planejamento e execução da auditoria.
- II. Assistir aos membros da equipe de trabalho responsáveis pela direção e supervisão do trabalho de auditoria e no cumprimento de suas responsabilidades de revisão.
- III. Permitir que a equipe de trabalho possa ser responsabilizada por seu trabalho.
- IV. Manter um registro de assuntos de importância recorrente para auditorias futuras.
- V. Permitir a condução de inspeções externas em conformidade com as exigências legais, regulamentares e outras exigências aplicáveis.

Nos termos da NBC TA 230, esses itens representam as denominadas finalidades adicionais

- (A) dos papéis de trabalho.
- (B) da documentação de auditoria.
- (C) do planejamento da auditoria.
- (D) dos registros contábeis fidedignos.
- (E) do relatório de auditoria.

60. Considere os itens abaixo.

- I. O objetivo e a extensão dos trabalhos.
- II. A metodologia adotada.
- III. Os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão.
- IV. A descrição dos fatos constatados e as evidências encontradas.
- V. Os riscos associados aos fatos constatados.

Nos termos da NBC TI 01, esses itens são aspectos mínimos que devem ser abordados

- (A) no processamento eletrônico de dados.
- (B) nos testes substantivos e de observância.
- (C) no relatório da auditoria interna.
- (D) para afastar os riscos de auditoria.
- (E) no planejamento da auditoria interna.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, capítulo 11: 11.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 11.5 Será atribuída nota ZERO à Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos Conteúdo, Estrutura e Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter classificatório e eliminatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Diversas cidades europeias estão em alerta diante das agressões contra turistas e do mal-estar dos habitantes locais, que consideram que o crescimento do turismo representa exploração sem controle e elevação de preços, especialmente os de moradia. No entanto, a polêmica se torna um dilema para a indústria do setor que, em países como Itália, por exemplo, representa mais de 10% do Produto Interno Bruto. Por outro lado, cidades como Amsterdã pretendem elevar os preços justamente como medida regulatória para evitar o turismo predatório.

(Disponível em: oglobo.globo.com, com adaptações)

Considerando o que se afirma acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	